

NOVA YORK, EUA, 23 DE OUTUBRO DE 1995

É com alegria que recebo esta homenagem do “Appeal of Conscience”.

Sinto-me honrado em poder integrar uma galeria de homens ilustres, que, por sua ação e liderança políticas, são fontes permanentes de inspiração para os que lutam por um mundo melhor e mais justo.

No meu caso, acredito que o prêmio, menos do que ao professor ou ao político, homenageia, por meu intermédio, as conquistas democráticas do povo brasileiro.

A história recente de meu país é a da reapropriação pelo povo do comando de seu destino. A cidadania reconstruiu-se organizando movimentos que propuseram e sustentaram processos fundamentais de transformação de nossa sociedade.

Hoje, no Brasil, a democracia vai-se enraizando socialmente e deixando de ser uma referência institucional. A democracia, agora, faz parte da vida cotidiana dos brasileiros. A consciência e a afirmação dos direitos individuais tornam-se dados irreversíveis de um país renovado.

Como estamos alcançando esses objetivos?

Os fatos são conhecidos. O primeiro passo foi no sentido de nos organizarmos para superar as formas autoritárias de governo. Nesse

processo, tiveram papel preponderante os intelectuais, os partidos políticos, as associações de classe, setores da imprensa, as ONGs, os sindicatos e os estudantes. Articula-se, assim, o primeiro requisito de uma cidadania, que é a vontade de participar e a noção de que, na participação ampla e até anônima, está a raiz da transformação.

Os fundamentos institucionais da democracia se fortaleceram no Brasil, com o respeito ao espírito público e à letra da lei. Foi assim com a tragédia da morte do Presidente que anunciava os tempos novos, Tancredo Neves. Em seguida, a crise do *impeachment* do primeiro Presidente eleito pelo voto direto, depois dos anos autoritários. A solução pacífica e institucional dessa crise política foi sinal de maturidade de uma cultura cívica, que, rapidamente, se consolidava.

De certa forma, a opinião pública internacional surpreendeu-se com o episódio, acostumada que estava a ver, na América Latina, soluções autoritárias ou extralegais para problemas políticos graves.

O segundo momento desse processo de fortalecimento da democracia é o da estabilização da economia. A inflação é um fenômeno abrangente, cujos efeitos vão muito além dos prejuízos que causa ao sistema econômico. As elevações diárias de preço marcavam a sociedade civil por uma psicologia de suspeita coletiva.

O indivíduo, em cada uma das várias transações que fazia com a moeda, no seu dia-a-dia, duvidava do valor do que comprava, “suspeitava” do vendedor. O desconforto nascia ainda da imprevisibilidade e, sobretudo, do sentimento de que éramos incapazes, como sociedade e Estado, de resolver o mais claro problema nacional. A autoconfiança estava minada.

Nesse sentido, a dimensão técnica do Plano Real sustenta-se naquilo que já se ganhara no plano político: a idéia de que as transformações, para serem permanentes, devem ser compreendidas e apoiadas pelo povo. E o Plano Real foi concebido e executado em diálogo permanente com a sociedade.

Minha eleição foi resultante de tais transformações. O povo compreendeu que os caminhos para um Brasil melhor e mais justo dependem de sua participação direta no processo político. Abandonamos as solu-

ções de “milagre”, ou melhor, aceitamos que o verdadeiro “milagre” é o trabalho e a participação.

Esses fatos me permitiram aprender algumas poucas lições. A onda democrática que marca os anos 80 teve várias expressões. No Brasil, as conquistas aconteceram paulatinamente, e isso traz a vantagem de que tomamos a situação democrática como um processo, como algo sempre incompleto, algo que se conquista a cada dia.

Uma outra lição a tirar é a de que, nesse processo, prevaleceu a ética da convicção sobre a da responsabilidade, e seria inevitável, para um sociólogo, não lembrar Weber quando fala de ética. Os fins eram claros e amplamente compartilhados e moldavam, com poucas nuances, as metas da luta política. A relação entre os grandes ideais e a atividade política de cada indivíduo, de cada grupo, era direta, especialmente quando se tratava de derrubar os mecanismos autoritários. As alianças se bolam em espectro amplo. Com qualificações, é verdade, o mesmo se deu no processo de luta contra a inflação.

Hoje, o processo de governar um país em desenvolvimento, em que disparidades sociais são acentuadas, é evidentemente complexo. As metas e objetivos compartilhados nem sempre correspondem à aceitação dos mesmos métodos pelas diferentes forças políticas. Agora, se os fins ainda são compartilhados, as agências da responsabilidade são muito maiores. Como tenho dito, o Brasil não é um país subdesenvolvido, é um país injusto. Isso significa que existem os meios para resolver as grandes questões sociais que ainda nos afligem. A responsabilidade não se desliga da convicção de que é possível melhorar, é possível obter formas de crescimento com mais equidade.

O fato de termos vivido um processo interno de transformação em um momento em que ocorriam, no sistema internacional, mudanças significativas constitui um imenso desafio, ao mesmo tempo em que nos dá uma perspectiva própria de entendê-las e interpretá-las.

Não pretendo fazer uma análise exaustiva da conjuntura internacional, de fenômenos, como a globalização e as conseqüências políticas e estratégicas do fim da Guerra Fria. Minha preocupação, aqui, é exclusivamente com a dimensão ética.

Quais os problemas éticos que esse novo momento propõe? Quais as exigências éticas de um governante, agora?

A luta para a consolidação da democracia brasileira não foi fácil por vários aspectos. Mas, como sublinhei, tínhamos objetivos claros. A defesa das liberdades individuais constituía um traço de unidade ética entre os diversos setores sociais; dava-lhes sentido de comunidade.

Existiria, hoje, no sistema internacional, algo que se assemelhasse a essa plataforma de valores, a partir da qual agir? Que comunidade a sustentaria? O que terá significado o fim da Guerra Fria, para a criação de uma nova ética no plano das relações internacionais?

Farei umas poucas observações.

O próprio fenômeno da globalização exige que pensemos em termos globais. Cada liderança mundial, cada governante, sabe hoje que os interesses nacionais, nossos objetivos e nossa responsabilidade têm, necessariamente, conseqüências internacionais. O exercício político no mundo contemporâneo pede que combinemos a dimensão doméstica com a internacional.

Nem sempre será fácil distinguir, pressionados por circunstâncias que pedem soluções imediatas, a atitude egoísta e de curto prazo daquela que renderá frutos que vão além da nação, servem à nação e, simultaneamente, à humanidade. Mas, esse deve ser o padrão da responsabilidade, especialmente daqueles que detêm as rédeas das grandes decisões.

Se aceitamos a dimensão global da responsabilidade de decidir, devemos ter uma noção clara do que é efetivamente o sentido global da realidade. É a noção da cidadania que faz a ponte entre a dimensão local e a internacional. A noção essencial é a de que a meta central de qualquer ação política é sempre a cidadania. O Estado serve ao cidadão. O conjunto dos Estados não pode fugir a essa mesma lógica. A humanidade é um novo ator, é uma referência obrigatória de cada decisão nacional.

Voltando-me para as conseqüências do fim da Guerra Fria – e penso que essa é a reflexão central –, o fato de que se eliminaram as razões de uma suspeita permanente entre as grandes potências, gerada pelo conflito ideológico e que, na realidade, se alastrava por todo o mundo, abre

espaço para que tenhamos relações entre Estados em que o componente ético se fortaleça.

Qual será esse conteúdo ético? É possível, como conseguimos no Brasil, que uma ética de fins regule a necessária prudência, que é a marca da responsabilidade do estadista?

Sei que os valores, em qualquer sociedade e, com mais razão, na sociedade internacional, não nascem espontaneamente nem são entidades abstratas. São forjados pela compreensão comum de temas que são aceitos como comuns. Devem, assim, resultar da soma de experiência de nações, ricas e pobres, herdeiras de diferentes civilizações, portadoras de interesses nacionais diversificados.

O que temos, em comum, hoje? O que deveria constituir a base mínima de uma ética de fins?

A luta pela paz é o primeiro objetivo. Hoje, conhecemos amplamente os horrores de todas as guerras, mesmo as que envolvem pequenas populações, e que são sempre afrontas à nacionalidade humana. O problema não será mais o de condenar a guerra, já que os textos fundadores da sociedade das nações o fazem. O nosso objetivo é dar efetividade às obrigações e aos compromissos que assumimos. O Brasil tem procurado, sempre, mesmo com recursos escassos, levar adiante as suas obrigações internacionais nesse campo. De um lado, aceitando aqueles compromissos que sinalizam a vontade pacífica, como os da não-proliferação, a atitude cooperativa com os vizinhos, a presença ativa nos foros multilaterais. De outro, engajando-se, efetivamente, nos esforços coletivos que buscam superar conflitos, conciliar adversários.

O fim da Guerra Fria trouxe a surpresa desagradável de conflitos localizados, movidos por forças étnicas. A comunidade internacional parecia despreparada para enfrentá-los, e muitas vidas se perderam, enquanto assistimos, perplexos, à explosão inesperada da irracionalidade da intolerância. Não podemos esmorecer enquanto houver, entre homens, entre sociedades, o recurso à guerra. Soubemos vencer a ameaça terrível da catástrofe nuclear e, para tanto, valeram não somente as equações de dissuasão, mas a compreensão, tantas vezes afirmada e

reiterada por governos e setores sociais, de que a paz era um valor inarredável.

Buscar recursos, mesmo com sacrifício, e fazer compreender às nossas sociedades que os esforços pela paz, mesmo em cenários distantes, são uma prova mínima de adesão aos melhores valores da humanidade, eis o dever inicial de uma ética de convicção.

Se a irracionalidade da guerra choca, a desigualdade também choca. Diante da guerra, é fácil a condenação pelas palavras e, às vezes, difícil o trabalho de conciliação. No caso da desigualdade, parece que a tolerância é maior, como se fizesse parte do destino dos homens a desigualdade, projeção necessária da desigualdade dos indivíduos. Nasci em um país marcado pela desigualdade social e sempre aceitei a idéia de que fazia parte essencial dos valores que orientam a luta política, portanto, da ação possível dos homens, o esforço de atenuar as diferenças sociais. Acredito que sempre estaremos “atrasados” eticamente, enquanto não usarmos todos os instrumentos possíveis para dar, a cada indivíduo, condições mínimas de dignidade, e isso significa condições efetivas de acesso à educação, à habitação, à saúde, de participação política e de liberdade efetiva.

Não quero propor receitas sobre o que a comunidade internacional pode fazer para atenuar as desigualdades gritantes, que ainda ocorrem dentro de cada sociedade nacional, mesmo nas mais ricas. Exalto um valor que deve orientar-nos, ao deliberar sobre as grandes questões econômicas internacionais. Não quero refugiar-me em utopias ou em fórmulas simplistas. A realidade econômica internacional ganhou complexidade, os interesses se tornaram transnacionais, diminuíram a capacidade de intervenção do Estado e, conseqüentemente, dos arranjos internacionais ao alcance do Estado, para produzir riqueza e, conseqüentemente, propiciar meios de atenuação da desigualdade. Mas, isso não nos deve paralisar, tampouco se pode aceitar o mercado como solução impessoal, à margem dos valores, como único instrumento capaz de organizar as formas de alocação de riqueza. Embora limitadas pelas circunstâncias da vida contemporânea, ainda há espaço para ações políticas concretas para equilibrar o dinamismo de li-

berdade econômica com as exigências éticas de superação das formas agudas de pobreza.

Finalmente, é necessário que a ação política se oriente para propiciar condições de plena realização individual. De fato, quando aderimos à defesa dos direitos humanos, quando percebemos a necessidade de proteção do meio ambiente, quando lutamos contra o narcotráfico, quando defendemos os direitos da mulher e o desenvolvimento social, estamos, na realidade, prestando um duplo tributo às forças da sociedade e da democracia. De um lado, porque assumimos, como políticos, lutas que nasceram, genuinamente, da organização de setores sociais. De outro, porque a realização dos objetivos de cada um desses movimentos serve, essencialmente, para fortalecer o indivíduo na sociedade e a sociedade diante do Estado.

Assim, fortalecemos o sentido democrático de nossas sociedades, asseguramos formas de participação, que são a própria essência da vida política moderna.

Paz, desenvolvimento, realização individual são antigos ideais, que vieram do iluminismo e ainda estão vivos. Constituem, ainda, o fundamento de uma ética de convicção. Hoje, essas noções necessitam ser temperadas pela prática de uma tolerância que compreenda que o diálogo entre diferentes civilizações não exclui a aceitação de valores universais e muito menos a crença em que a humanidade progride, justamente quando concilia adversários, atenua desigualdades e permite que o indivíduo se realize plenamente.

São esses os valores que devem reger a responsabilidade do estadista moderno. São esses valores que permitirão que criemos um mundo melhor. A oportunidade para que prevaleçam existe, talvez mais do que em outras épocas. Podemos transformar nosso tempo em um novo Renascimento, em que a ciência sirva a humanidade, em que as facilidades de informação ajudem a construir uma comunidade de valores, que aproxime as sociedades e os indivíduos, em que as formas de discriminação e intolerância desapareçam.

Cada um de nós tem a responsabilidade de criar esse novo mundo, e o passo inicial é justamente este: apelo à consciência do indivíduo.

Se hoje nos faltam, talvez, utopias, não podem nos faltar a orientação de valor, a vontade de transformação. Nesta estará, sem dúvida, a marca da responsabilidade do estadista verdadeiramente moderno.